



**CÂMARA MUNICIPAL DE CARMO DO PARANAÍBA**

Rua Pref. Ismael Furtado nº 335 - Centro

Site: [www.carmodoparanaiba.mg.leg.br](http://www.carmodoparanaiba.mg.leg.br)

Telefax: 0xx 34 3851-2150 / 3851-3366

**CEP: 38.840-000 – Carmo do Paranaíba - MG**

**PROPOSTA DE EMENDA MODIFICATIVA DE Nº 22/2020**

**PROPOSTA DE EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA DE Nº 41/2020, DE AUTORIA DO VEREADOR ALBERT DENIS REIS DA SILVA**, que “Estima a Receita e Fixa a Despesa para o Município de Carmo do Paranaíba/MG, para o Exercício Financeiro de 2021”

A Câmara Municipal de Carmo do Paranaíba, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais decreta:

**Art. 1º** Fica modificado o caput do artigo 5º do PLO 41/2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 5º Durante a execução orçamentária de 2021, fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais ao orçamento fiscal até o montante de 10% (dez por cento) da receita prevista no caput do artigo 2º desta Lei, com a finalidade de atender insuficiência nas dotações orçamentárias, na forma do artigo 43 da Lei Federal 4,320/64, criando, se necessário, elementos de despesas e fontes de recursos nas dotações orçamentárias.*

**Art. 2º.** Revoga-se o §1º, incisos I e II do artigo 5º do PLO 041/2020.

**Art. 3º** Essa emenda, se aprovado em plenário, será parte integrante do projeto de Lei 041/2020

Sala das Sessões, 01 de dezembro de 2020.

**AUTORIA: ALBERT DENIS REIS DA SILVA**

- VEREADOR / REPUBLICANOS -

**JUSTIFICATIVA:** Caros Edis, o percentual descrito no caput do artigo 5º o parágrafo primeiro e o inciso I e II, é a concessão de um “cheque em branco” para o Poder Executivo alterar 30% do orçamento em geral, e pior de aumentar despesa com pessoal e projetos até o limite do que for arrecadado. Sabe-se que em geral do interior do Brasil poucos vereadores tem conhecimento de matérias orçamentárias e que com a alteração de 9 das 11 cadeiras do Legislativo entende-se que, se não houver má fé, o Executivo não pretende dar satisfação da execução orçamentária ao Edis da próxima legislatura. Para ilustrar essa intenção, há algumas Leis que manda que o Executivo envie os decretos para a conhecimento do Legislativo, e o Prefeito nunca sequer publicou em mídias do Executivo ou enviou à Câmara. Portanto por Boa fé, sugiro esta emenda para que os próximos vereadores sejam obrigados a fiscalizar e dar seu aval as matérias orçamentárias.

